

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 282/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67289.010500/2025-16

2. Descrição da necessidade

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GRUPAMENTO DE APOIO DO DISTRITO FEDERAL

Inicialmente, ressalta-se que a missão do Grupamento de Apoio do Distrito Federal é executar as atividades administrativas e logísticas necessárias para o bom funcionamento das Organizações Apoiadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e à qualidade dos serviços prestados.

Nesse contexto, a presente demanda insere-se no escopo das atividades de apoio administrativo e logístico, notadamente no suporte às ações de cerimonial, comunicação institucional e representação oficial, indispensáveis ao funcionamento das Organizações Militares apoiadas.

A DCA 11-1, de 06 de março de 2019, que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, define atividade, em seu item 2.7.8.1, como um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportadas por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender os processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização para o cumprimento de sua finalidade.

Ainda, conforme disposto no item 2.7.8.3 da referida norma, é imprescindível priorizar recursos para que as Organizações e os principais Sistemas da Aeronáutica mantenham-se em efetivo funcionamento, provendo à Força Aérea a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão.

Este processo visa cumprir o que se espera do inter-relacionamento entre Organização Militar Apoiadora e Apoiadas, especialmente quanto à simplificação de procedimentos, eliminação de formalidades cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido, e adoção de métodos racionais de controle que permitam aferir a legalidade e a correção dos atos praticados, sem comprometer o dinamismo dos processos administrativos.

Definição do Problema e Necessidade Pública

A presente demanda tem por escopo a aquisição de material institucional, destinado a atender às necessidades do Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF) e das Unidades Apoiadas, no âmbito de suas atividades administrativas, protocolares e de representação institucional.

A necessidade pública fundamenta-se na imperatividade de garantir a adequada execução das atividades de cerimonial militar, comunicação institucional e representação oficial da Força Aérea Brasileira, não se destinando os materiais à distribuição indiscriminada, mas sim ao emprego estritamente vinculado a finalidades institucionais.

Os materiais a serem adquiridos serão utilizados exclusivamente em:

- eventos institucionais oficiais;
- solenidades militares previstas em normativos do COMAER;
- ações formais de representação institucional;
- premiações e homenagens de caráter institucional;
- atividades de comunicação institucional interna e externa.

A ausência desses materiais acarretaria prejuízos à padronização, à formalidade e à qualidade das atividades institucionais, impactando negativamente a imagem institucional e o cumprimento das normas do Comando da Aeronáutica referentes a solenidades oficiais.

A abertura do presente processo licitatório visa suportar atividades institucionais tais como: formaturas, exposições, eventos previstos em calendário oficial do COMAER, palestras, divulgação de assuntos de interesse do público interno e externo, reuniões de comando e recepção de autoridades nacionais e estrangeiras.

O alinhamento estratégico desta contratação é evidenciado pelo cumprimento do inter-relacionamento entre as Organizações Militares Apoiadora e Apoiadas, buscando a simplificação de procedimentos, a eliminação de formalidades cujo custo econômico ou social seja superior ao risco, e a adoção de métodos racionais de controle, garantindo o dinamismo dos processos administrativos do GAP-DF.

Fundamentação Legal e Calendário Institucional

A demanda observa estritamente o disposto na Portaria nº 1.014/GC3, de 16 de julho de 2018, que fixa as datas comemorativas e regula a aplicação de recursos em eventos institucionais. O material a ser adquirido destina-se ao suporte das seguintes efemérides e eventos, conforme Art. 1º e Art. 2º da referida norma:

Datas Comemorativas Fixas: Aniversário do Ministério da Aeronáutica (20/jan), Dia da Aviação de Asas Rotativas (03/fev), Dia do Especialista (25/mar), Dia da Aviação de Caça (22/abr), Dia da Aviação de Patrulha (22/mai), Dia do CAN/Transporte (12/jun), Dia da Aviação de Reconhecimento (24/jun), Dia da Busca e Salvamento (26/jun), Nascimento de Santos-Dumont (20/jul), Dia da Intendência (23/ago), Nascimento do Mal. Eduardo Gomes (20/set), Dia do Aviador/FAB (23/out), Dia da Engenharia (28/out), Dia do Material Bélico (11/nov), Dia do Serviço de Saúde (02/dez) e Dia da Infantaria (11/dez).

Eventos de Natureza Institucional: Passagens de cargo (Comandante, Chefe, Diretor, Prefeitos), formaturas de conclusão de cursos (COMGEP/DCTA), visitas oficiais de autoridades estrangeiras e comemorações de decênios de criação de Organizações Militares (OM).

Alinhamento ao Planejamento (PCA e PTA)

A contratação encontra-se prevista e alinhada aos instrumentos de planejamento orçamentário e logístico:

1. **Plano de Contratações Anual (PCA):** A demanda está registrada sob o código GAPDF25MAT027, garantindo a previsibilidade orçamentária e o alinhamento com a governança de aquisições.
2. **Programa de Trabalho Anual (PTA):** Conforme a PORTARIA GAP-DF Nº 8/APLG, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026, que estipulou os procedimentos do calendário de aquisições do GAP-DF para 2026, o objeto enquadra-se como item comum de vida vegetativa da Unidade, sendo essencial para o funcionamento rotineiro e administrativo.

Requisitos de Sustentabilidade e Alinhamento aos ODS

Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU/CGU) e o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, a aquisição busca mitigar impactos ambientais e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Impactos Ambientais Previstos: Consumo de recursos naturais (papel, plástico, metais) na confecção dos materiais.

Benefícios Esperados: Exigência de materiais duráveis e de qualidade para reduzir a taxa de reposição, bem como preferência por materiais recicláveis.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): A contratação vincula-se diretamente ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), buscando a gestão eficiente dos recursos naturais e a redução da geração de resíduos.

Histórico de Consumo e Estimativa de Quantidades

A estimativa de quantidades baseou-se no levantamento do histórico de consumo e na projeção de eventos prevista no calendário oficial, considerando a retomada plena de cerimônias presenciais.

Conclusão da Necessidade: Diante do exposto, classifica-se a demanda como de PRIORIDADE ALTA, visto que o não atendimento inviabiliza a execução do calendário oficial de eventos do Comando da Aeronáutica sob responsabilidade do GAP-DF, ferindo o princípio da continuidade do serviço público e as normas de cerimonial militar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
BABR	ALEXANDRE RIBEIRO LOMONTE TEN CEL AV
CENIPA	CESAR DE MEDEIROS SILVA JUNIOR CEL AV
COMAE	LINCOLN RAMOS HUNGRIA CL AV
COMPREP	FREDERICO DA SILVA CARVALHO CEL AV
CPBV	RODRIGO GONÇALVES STIEF TEN CEL AV
CINDACTA I	REGILÂNIO ISAIAS AGUIAR MELO CEL AV
DTINFRA-BR	ANDREY CARVALHO FIGUEIREDO TEN CEL ENG
GTE	RODRIGO SIMÕES DE OLIVEIRA PINTO TEN CEL AV
HFAB	JORGE ANTONIO CARVALHO FEIJÓ CEL MED
PABR	FREDERICO DE SOUZA AMARAL CEL INT
SERIPA VI	DANIEL BARBOSA AMANCIO TEN CEL AV
VI COMAR	JEFFERSON CESAR DAROLT MAJ BRIG AV
SEREP-BR	PAULO ROBERTO DA SILVA CEL
GAP-DF	NILO COELHO SARAIVA JUNIOR TEN CEL INT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atender às necessidades elencadas neste Estudo Técnico Preliminar, foram definidos os seguintes requisitos técnicos, legais e de gestão para a contratação, fundamentados na Lei nº 14.133/2021 e nas peculiaridades do objeto.

Prazo e Local de Entrega

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da Nota de Empenho. A entrega deverá ser realizada em remessa única, respeitando-se o seguinte local e horário:

- Visto que a entrega será detalhada conforme o envio posterior da nota de empenho. Endereço: Lago Sul, Brasília/DF. As condições específicas serão enviadas juntamente com a nota de empenho.

Critérios de Recebimento e Aceitação

Os procedimentos de recebimento observarão o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, conforme as etapas abaixo:

1. **Recebimento Provisório:** Ocorrerá de forma sumária no ato da entrega dos bens, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2. **Recebimento Definitivo:** Ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3. **Rejeição e Substituição:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações. A Contratada deverá substituí-los no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Ressalva: O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Requisitos Ambientais e Padronização

- **Licenciamento Ambiental:** Para esta aquisição, não será exigido licenciamento ambiental, dada a natureza do objeto (fornecimento de bens manufaturados acabados) que não envolve obras ou atividades potencialmente poluidoras diretas no local de entrega.
- **Padronização:** O objeto deste processo licitatório não está padronizado, conforme verificado na Portaria SEGES/ME nº 938/2022. Visto que os itens não constam no Catálogo Eletrônico de Padronização com especificações pré-definidas, as exigências foram definidas individualmente neste processo para atender às particularidades do COMAER.

Subcontratação e Garantias

- **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, visando assegurar a responsabilidade direta do fornecedor pela qualidade e procedência dos materiais institucionais.
- **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. Justifica-se tal decisão pelo fato de que o pagamento será efetuado somente após o recebimento definitivo do material nas condições previamente combinadas, mitigando o risco financeiro para a Administração.

BENS COMUNS

Os itens a serem adquiridos possuem características e padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A equipe de planejamento entende que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração, razão pela qual se sugere a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Decreto nº 11.462/2023, especialmente quando presentes as hipóteses de contratações frequentes, entregas parceladas e atendimento a mais de um órgão ou entidade.

As estimativas de consumo foram elaboradas com base em dados históricos e projeções de demanda. Todavia, considerando a natureza do objeto, poderá haver variações decorrentes de fatores supervenientes, o que reforça a adequação do SRP como instrumento de gestão contratual.

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fica **permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes** (“caronas”), desde que observados os requisitos legais e regulamentares, especialmente quanto à anuência do órgão gerenciador, à demonstração de vantajosidade e à capacidade de atendimento por parte do fornecedor registrado, conforme disposições do Decreto nº 11.462/2023.

Tal medida visa ampliar a eficiência administrativa, promover economia de escala e racionalizar os processos de contratação no âmbito da Administração Pública.

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DA ATA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser **prorrogada por igual período**, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

Na hipótese de prorrogação, os quantitativos registrados poderão ser renovados, observados os limites legais, a disponibilidade orçamentária e a necessidade da Administração.

PADRONIZAÇÃO DO OBJETO

O objeto deste processo licitatório não se encontra padronizado, conforme previsto na Portaria SEGES/ME nº 938 /2022, a qual estabelece que itens não contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização devem ter suas especificações definidas individualmente no respectivo processo de contratação.

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

O preço unitário proposto para os itens que incluem instalação deverá contemplar todas as etapas necessárias para a entrega do produto final pronto para uso, abrangendo: confecção/fornecimento do material, transporte até o local indicado pela Administração, instalação/montagem/fixação conforme especificações de cada item, testes de fixação e estabilidade (quando aplicável), remoção de eventuais resíduos e limpeza do local após a execução.

Os itens que necessitam de instalação são aqueles expressamente indicados na tabela de especificações técnicas (ex.: painéis em PS com instalação e remoção; placas em acrílico ou PVC com fixação em portas, divisórias, baias ou paredes; prisma em acrílico; quadro de avisos; letras e quadros para galeria), devendo a contratada responsabilizar-se integralmente pela execução segura e adequada, sem custos adicionais para a Administração.

A instalação deverá ser realizada por pessoal qualificado da contratada, em data e horário previamente agendados com o fiscal do contrato, respeitando as normas de segurança do trabalho, o funcionamento normal das atividades do órgão e eventuais restrições de acesso aos locais (ex.: prédios administrativos com circulação de servidores e público).

Materiais de fixação: Quando especificado (ex.: fita adesiva dupla face massa acrílica ou equivalente para painéis; manta imantada para placas; suportes para divisórias), deverão ser de alta qualidade, garantindo fixação firme, durabilidade e fácil remoção sem danos às superfícies (paredes, portas, divisórias ou baias). A contratada deverá apresentar opções equivalentes para aprovação prévia, se necessário.

Locais de instalação: A serem indicados pela Administração no momento da execução, preferencialmente em ambientes internos (salas, corredores, portas de gabinetes, divisórias de mesas, galerias e paredes de recepção). A contratada deverá realizar vistoria prévia, se solicitada, para verificação de viabilidade.

Alinhamento com o TCU

A Equipe de Planejamento atesta que a presente contratação está alinhada aos entendimentos do Tribunal de Contas da União, notadamente aos Acórdãos 3569/2023 – 2ª Câmara e 251/2021 – Plenário, tendo sido observados, de forma cumulativa, os requisitos de:

- (i) estrita vinculação dos itens às finalidades institucionais da Administração Pública; e
- (ii) modicidade dos preços praticados, conforme demonstrado na pesquisa de preços e análise comparativa com contratações similares.

O item “prendedor de gravata” será destinado exclusivamente a ações de representação institucional formal, desvinculado de qualquer data comemorativa de caráter pessoal, sendo sua utilização restrita a eventos oficiais previamente autorizados.

Destaca-se que os itens não se destinam à distribuição indiscriminada, mas sim ao atendimento de demandas institucionais formais, tais como eventos oficiais, ações de representação institucional, premiações regulamentares, acervo histórico e apoio à comunicação institucional.

Justificativa de MODICIDADE

Para os itens de maior valor unitário, especialmente aqueles destinados à representação institucional (ex: maquetes, miniaturas aeronáuticas, placas comemorativas e panóplias), foi realizada análise comparativa com contratações similares de outros órgãos públicos e fornecedores especializados.

Verificou-se que os valores estimados encontram-se compatíveis com o mercado, considerando:

- o nível de personalização;
- os materiais empregados (ex: metal, acrílico, resina, acabamento artístico);
- o caráter artesanal ou semiartesanal de determinados itens;
- a baixa escala de produção.

Ressalta-se que tais itens possuem natureza diferenciada, não se confundindo com bens comuns padronizados, o que justifica o custo unitário mais elevado, sem prejuízo da observância do princípio da economicidade.

Controle de uso

As Unidades demandantes deverão observar rigorosamente a destinação dos itens adquiridos, garantindo sua utilização exclusivamente em eventos institucionais oficiais, ações de representação, premiações regulamentadas ou atividades de interesse público devidamente justificadas.

Fica vedada a utilização para fins pessoais, distribuição indiscriminada ou associação a datas comemorativas de caráter privado, em conformidade com as Portarias nº 4.036/GM-MD e GABAER nº 1.081/GC3/2025.

Regras de personalização (Art. 37, §1º CF)

A personalização dos itens deverá observar estritamente o caráter institucional, sendo limitada à utilização de símbolos oficiais da Força Aérea Brasileira, brasões institucionais e referências históricas da Instituição.

É expressamente vedada a inclusão de nomes, imagens ou quaisquer elementos que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou agentes públicos, em conformidade com o Art. 37, §1º, da Constituição Federal, sob pena de nulidade do ato e responsabilização dos envolvidos.

5. Levantamento de Mercado

Para o atendimento da necessidade pública identificada, a Equipe de Planejamento realizou o levantamento das soluções disponíveis no mercado e na Administração Pública, analisando as seguintes alternativas sob a ótica da viabilidade técnica, econômica e operacional:

Alternativa 1: Autogestão (Execução Direta)

Consiste na mobilização de recursos internos (servidores e maquinário) para a confecção do material institucional.

- **Análise:** Esta alternativa mostra-se inviável. O GAP-DF é uma unidade administrativa e de apoio logístico, não possuindo parque fabril, maquinário específico ou insumos para a produção de itens como brindes, medalhas, banners e impressos gráficos de alta qualidade. A alocação de pessoal desviaria o foco da atividade-fim da OM.

Alternativa 2: Convênios, Patrocínios ou Doações

Consiste na busca de parcerias com outras entidades públicas, ONGs ou empresas privadas para fornecimento dos materiais, seja por meio de acordos de cooperação ou permuta por visibilidade de marca.

- **Análise:** Alternativa descartada pelos seguintes motivos:
 - **Princípio da Continuidade:** Doações e patrocínios são incertos e esporádicos. O calendário de eventos do COMAER exige garantia absoluta de fornecimento, não podendo depender da volatilidade do interesse privado.
 - **Conflito de Interesses e Imagem Institucional:** A associação de marcas privadas a eventos institucionais militares requer cautela extrema e rigorosa análise jurídica para evitar conflitos éticos ou comprometimento da imagem da Força.

- Especificidade: Os materiais institucionais possuem padrões rígidos de identidade visual que dificilmente seriam atendidos por doações de prateleira ("off-the-shelf").

Alternativa 3: Adesão a Atas de Registro de Preços (Carona)

Consiste na utilização de Atas vigentes de outros órgãos (Gerenciadores) para suprir a demanda, sem necessidade de nova licitação.

- Análise: Em conformidade com o §5º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, realizou-se pesquisa de mercado, incluindo consulta às Intenções de Registro de Preços (IRPs) em andamento e atas vigentes. Constatou-se a inviabilidade desta solução devido a:
 - Restrição Geográfica: As IRPs consultadas muitas vezes não preveem entrega no DF ou possuem logística incompatível.
 - Inadequação Técnica: As especificações dos materiais registrados por outros órgãos não atendem às especificidades de design, nobreza e padronização exigidas pelo Cerimonial do COMAER.
 - Dependência: O atendimento fica condicionado à anuência do órgão gerenciador e aceite do fornecedor, o que gera insegurança para o cumprimento do calendário de eventos fixos.

Alternativa 4 (ESCOLHIDA): Contratação de Empresa Especializada via Licitação

Consiste na realização de processo licitatório próprio para seleção de fornecedor especializado na confecção e fornecimento dos materiais.

- Análise: Esta é a solução mais adequada, pois permite a definição exata das especificações técnicas, exigência de qualidade, garantia de entrega e aplicação de penalidades em caso de descumprimento, assegurando o pleno atendimento à missão institucional.

JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Diante da análise das alternativas, optou-se pela Contratação de Empresa Especializada, a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Justificativa Técnica (Modalidade Pregão Eletrônico)

A escolha fundamenta-se nos seguintes aspectos:

1. Natureza do Objeto: Os materiais institucionais enquadram-se como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021).
2. Ampla Competitividade: O ambiente virtual amplia o universo de licitantes, permitindo a participação de empresas de todo o país.
3. Transparência e Celeridade: A plataforma eletrônica garante rastreabilidade de todos os atos e maior rapidez na fase externa em comparação à concorrência.

Justificativa para o Sistema de Registro de Preços (SRP)

A adoção do SRP justifica-se pela necessidade de contratações frequentes e parceladas (Art. 82, incisos II e IV, Lei 14.133/2021), trazendo os seguintes benefícios econômicos e operacionais:

1. Flexibilidade e Economia de Escala: Permite aquisições conforme a demanda real dos eventos ao longo do ano, evitando a necessidade de grandes estoques físicos (e seus custos de depreciação/armazenagem) e garantindo fluxo de caixa eficiente (pagamento apenas pelo que for empenhado).
2. Previsibilidade: Garante que os preços registrados se mantenham (salvo reequilíbrios legais) durante a vigência da Ata, facilitando a gestão orçamentária do GAP-DF.
3. Eficiência Processual: Uma única licitação atende a diversas demandas ao longo de 12 meses, reduzindo o custo processual administrativo (homem-hora) de realizar múltiplos certames para cada evento ou data comemorativa.

Conclusão da Viabilidade

Conclui-se que a **Contratação via Pregão Eletrônico (SRP)** é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo eficiência, economicidade, transparência e, principalmente, a segurança do fornecimento necessário para a continuidade das atividades institucionais do COMAER. Essa modalidade assegura que a Administração obtenha as melhores condições de fornecimento, atendendo plenamente às exigências do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, e promovendo a melhor utilização dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Modelo de Contratação e Fundamentação Legal

A solução adotada é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de material institucional por meio de Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Esta escolha está fundamentada na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):

- Pregão Eletrônico: Art. 6º, inciso XLI, que estabelece o pregão como a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, classificação na qual se enquadra o objeto desta contratação.
- Sistema de Registro de Preços (SRP): Art. 40, inciso II, que autoriza a utilização do SRP para contratações com necessidades frequentes e aquisições parceladas, característica da demanda de material institucional do COMAER para eventos e datas comemorativas ao longo do ano.

Alinhamento Institucional e Otimização de Processos

A presente solução visa cumprir o que se espera do Inter-Relacionamento das Organizações Militares (OM) Apoiadora e Apoiadas do COMAER. A centralização da aquisição no GAP-DF, por meio de uma Ata de Registro de Preços, promove:

- Simplificação de Procedimentos: Eliminação da necessidade de múltiplos processos licitatórios individuais pelas Unidades Apoiadas.
- Redução de Custo e Risco: Adoção de métodos racionais de controle que permitem aferir a legalidade e a correção dos atos, sem comprometer o dinamismo do processo de aquisição.
- Eficiência Administrativa: Otimização dos recursos humanos e logísticos envolvidos, concentrando a expertise de aquisição no GAP-DF.

Viabilidade da Competição de Mercado

Considerando que os bens a serem adquiridos são de natureza comum e amplamente disponíveis no mercado, a competição é considerada plenamente viável. O Pregão Eletrônico garante a participação de quaisquer empresas que concordem em fornecer o objeto (conforme estabelecido no Termo de Referência). A modalidade assegura a disputa por lances, sendo declarada a vencedora aquela que oferecer a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os requisitos de qualidade e conformidade técnica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada de forma centralizada pelo Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF), com base na consolidação dos Termos de Oficialização de Participação em Registro de Preço (TOP) nº GAP-DF-250034 e nas metodologias quantitativas específicas adotadas por cada Organização Militar (OM) Apoiada.

A definição dos quantitativos observou o disposto no art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que exige a determinação adequada da quantidade a ser adquirida, com base em critérios objetivos e demonstráveis.

Metodologias de Quantificação Adotadas

As estimativas foram fundamentadas em critérios técnicos objetivos, variando conforme a realidade operacional de cada OM, observando-se, conforme o caso:

- histórico de consumo dos exercícios anteriores;
- média anual de utilização dos itens;
- projeção de eventos constantes do calendário oficial;
- número de militares atualmente apresentados;
- média anual de desligamentos e promoções;
- quantitativo médio de homenagens institucionais realizadas;
- inexistência de estoque ou de registros anteriores de aquisição;
- necessidade de implantação inicial de acervo institucional.

Nos casos em que havia série histórica disponível, foi utilizada a média de consumo dos últimos exercícios como parâmetro base, podendo ser ajustada conforme previsão de eventos extraordinários ou variação de efetivo.

Nos casos em que se tratava de iniciativa inédita, sem registros de aquisição nos últimos três anos, a estimativa foi realizada mediante projeção técnica baseada:

- no efetivo atual da Organização Militar;
- na média anual de militares que deixam o efetivo e são elegíveis a homenagens;
- no quantitativo médio anual de personalidades civis e militares agraciadas;
- na necessidade de formação inicial de acervo institucional.

Tal metodologia projetiva foi adotada em razão da inexistência de base histórica, sendo os quantitativos definidos a partir da consolidação desses dados institucionais objetivos.

Demonstrabilidade e Memória de Cálculo

Para assegurar a rastreabilidade e a transparência do procedimento, os quantitativos estimados correspondem à soma das demandas formalmente apresentadas pelas OMs participantes por meio de seus respectivos TOPs.

A consolidação final por item foi realizada pelo órgão gerenciador, mediante somatório das quantidades informadas individualmente pelas unidades apoiadas, constituindo o limite máximo estimado para registro na Ata de Registro de Preços.

As memórias de cálculo consolidadas demonstram:

- a unidade demandante;
- o critério quantitativo utilizado;
- a base numérica considerada (efetivo, média histórica ou projeção de eventos);
- o quantitativo final estimado por item;
- a soma consolidada para fins de registro.

Consolidação e Previsão Total

A estimativa final corresponde à soma das necessidades individuais das OMs Apoiadas, garantindo:

- economia de escala;
- racionalização logística;
- planejamento centralizado;
- padronização institucional.

As quantidades registradas representam o limite máximo de consumo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação integral, mas apenas conforme a efetiva necessidade das unidades.

Justificativa da Essencialidade

Os quantitativos estimados visam assegurar o pleno atendimento das necessidades operacionais, comemorativas, protocolares e de divulgação institucional das Organizações Militares apoiadas, prevenindo:

- descontinuidade das atividades institucionais;
- insuficiência de materiais em eventos oficiais;
- aquisições emergenciais;
- desperdício de recursos por superdimensionamento.

A metodologia adotada buscou equilíbrio entre previsibilidade administrativa e responsabilidade fiscal, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.900.187,18

O custo estimado da aquisição é de R\$ 4.900.187,18 (quatro milhões, novecentos mil, cento e oitenta e sete reais e dezoito centavos), foi realizada pesquisa de preços considerando as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 07 de julho de 2021.

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, motivação e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Inicialmente, registra-se que os objetos contemplados nesta contratação possuem elevado grau de especificidade técnica e personalização institucional, abrangendo materiais confeccionados sob demanda, com características próprias relacionadas a dimensões, acabamento, aplicação de brasões e logotipos institucionais, gravações, impressão UV, relevos, embalagens personalizadas, tipos específicos de matéria-prima e demais requisitos individualizados definidos pela Administração Militar.

Em razão dessas particularidades, verificou-se limitação prática na utilização predominante dos parâmetros previstos nos incisos I e II do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a reduzida disponibilidade de registros públicos com equivalência técnica suficiente para representar adequadamente os itens pretendidos. As consultas realizadas em bases oficiais, incluindo Painel de Preços, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e contratações similares de outros órgãos, evidenciaram descrições genéricas, ausência de detalhamento técnico

mínimo, divergências quanto aos materiais empregados, métodos de fabricação, padrões de acabamento, personalização institucional e quantitativos contratados, circunstâncias que comprometem a confiabilidade desses parâmetros como referência principal de precificação.

Da mesma forma, as consultas complementares em sítios eletrônicos especializados e plataformas de domínio amplo, previstas no inciso III do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foram utilizadas apenas de forma subsidiária e auxiliar, considerando que diversos preços identificados apresentavam caráter promocional, ausência de especificações técnicas compatíveis, variações regionais relevantes, custos logísticos não discriminados ou inexistência de personalização equivalente àquela exigida pela Administração, fatores que poderiam resultar em estimativa dissociada da realidade mercadológica do objeto.

Diante desse cenário, a Administração adotou, de forma predominante, a metodologia prevista no inciso IV do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante realização de pesquisa direta com fornecedores especializados no segmento pertinente ao objeto da contratação. Os fornecedores consultados foram selecionados com base em critérios de pertinência mercadológica, compatibilidade técnica, atuação comprovada no fornecimento de materiais institucionais personalizados e capacidade operacional para atendimento das especificações constantes do Termo de Referência.

As cotações obtidas refletem, portanto, condições reais de mercado para execução do objeto pretendido, permitindo à Administração formar estimativa mais aderente à complexidade técnica e às características efetivamente exigidas no futuro contrato.

Metodologia de Cálculo

Para definição do valor estimado da contratação, adotou-se a metodologia da mediana dos preços obtidos, nos termos do art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, por se tratar de medida estatística mais adequada para mitigar distorções decorrentes de valores excessivamente elevados ou inexecutáveis, especialmente em mercados com significativa variação decorrente de personalização e especificidade técnica dos itens.

A utilização da mediana proporciona maior robustez e segurança à estimativa, reduzindo impactos de oscilações pontuais entre fornecedores e assegurando maior representatividade dos preços efetivamente praticados no segmento especializado correspondente.

Análise Crítica dos Preços

Em observância ao disposto no art. 6º, §4º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, foi realizada análise crítica das propostas obtidas, considerando a compatibilidade técnica dos itens cotados, coerência dos valores apresentados, aderência às especificações do Termo de Referência e compatibilidade com a realidade mercadológica do segmento.

Foram desconsideradas eventuais propostas incompatíveis com as especificações técnicas exigidas, bem como valores manifestamente inexecutáveis ou excessivamente elevados, quando identificadas inconsistências capazes de comprometer a representatividade da estimativa.

Ressalta-se que os valores constantes da planilha estimativa anexa aos autos representam referência máxima para a futura contratação e não vinculam a Administração à contratação direta pelos montantes pesquisados, servindo exclusivamente como parâmetro para análise de vantajosidade e condução do procedimento licitatório, o qual permanecerá submetido à competitividade inerente à disputa pública.

Por fim, registra-se que a presente metodologia foi adotada com o objetivo de conferir maior precisão, aderência mercadológica, motivação administrativa e segurança jurídica à instrução processual, em atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, da IN SEGES/ME nº 65/2021 e às recomendações constantes do parecer jurídico acostado aos autos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado, sem comprometer a economia de escala.

Diante disso, a Equipe de Planejamento avaliou as características da contratação e concluiu que é **viável o parcelamento do objeto**, com adjudicação por item, e não por preço global ou por lotes, tendo em vista que:

- Trata-se de aquisição de bens que podem ser classificados em itens distintos e autônomos;
- A contratação está vinculada a entregas frequentes e sob demanda;
- Não é possível prever com precisão a quantidade exata a ser demandada ao longo do período de vigência da ata;
- A divisão por item contribui para ampliar a competitividade entre os fornecedores, inclusive de menor porte, sem prejuízo à padronização ou à qualidade esperada dos materiais.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No presente caso, não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição de Material Institucional encontra-se devidamente alinhada e prevista nos instrumentos de planejamento do Comando da Aeronáutica (COMAER) e das Organizações Militares (OM) Apoiadas, conforme a legislação vigente, que exige a articulação entre as contratações e o planejamento estratégico.

Previsão no Plano Anual de Contratações (PAC)

A demanda por Material Institucional foi formalmente registrada no **Plano Anual de Contratações (PAC)** do Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF) para o exercício de 2025, 00394429000100-0-000021/2025 sob o Código/ID de item 137.

Alinhamento Estratégico e Finalístico

A contratação está diretamente vinculada aos objetivos institucionais e operacionais do COMAER, contribuindo para:

- **Comunicação Institucional e Protocolo:** O material a ser adquirido é essencial para o desenvolvimento de eventos comemorativos, cerimônias militares (formatura, passagem de comando, promoções) e visitas oficiais. Tais atividades são inerentes à manutenção da **imagem institucional** e ao cumprimento dos **Protocolos Militares**.
- **Integração e Apoio Logístico:** A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme detalhado no Trecho 4, centraliza a aquisição, fortalecendo a cadeia de suprimentos e o inter-relacionamento entre as OM Apoiadora e Apoiadas, resultando em maior **eficiência administrativa** e **economia de escala**.
- **Qualidade e Segurança (HFAB):** Para unidades específicas, como o Hospital de Força Aérea de Brasília (HFAB), os materiais (sinalização, padronização) apoiam diretamente o cumprimento de regulamentações setoriais (RDC 50, MCA 160-6), alinhando a contratação aos objetivos de **Segurança em Saúde** e **Qualidade Hospitalar**.

Portanto, a aquisição é um instrumento de execução do planejamento tático e estratégico das unidades, sendo indispensável para a consecução de suas atividades-fim.

Conforme exigido pelo art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, o presente Termo de Referência encontra-se em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável do Grupamento de Apoio do Distrito Federal. O referido Plano, elaborado nos termos da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e do modelo definido pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023, contempla os princípios de sustentabilidade em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, os quais foram devidamente considerados na especificação do objeto desta contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa atender às demandas determinadas no objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e está intrinsecamente ligada à missão institucional do Comando da Aeronáutica (COMAER), proporcionando os seguintes benefícios estratégicos e operacionais:

Fortalecimento da Cultura e Tradições Militares

O principal benefício é o aprimoramento e a devida valorização das **datas comemorativas** e **eventos institucionais** no âmbito do COMAER. A aquisição de material institucional é essencial no intuito de ressaltar as efemérides relativas às tradições peculiares da Força Aérea Brasileira (FAB).

Essas datas comemorativas e a aplicação de recursos públicos em eventos institucionais encontram-se formalmente estabelecidas no **Art. 1º da Portaria nº 1.014/GC3, de 16 de julho de 2018**.

- **Impacto:** Assegurar que as homenagens, solenidades e atos de protocolo sejam realizados com o material adequado e padronizado, elevando o moral da tropa e a percepção da Força perante a sociedade e demais instituições.

Otimização da Gestão de Recursos Públicos

A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) centralizado no Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF) resulta em eficiência e economicidade:

- **Economia de Escala:** A consolidação das necessidades de múltiplas Organizações Militares (OM) Apoiadas (GTE, HFAB, PABR, etc.) em um único certame licitatório maximiza o poder de barganha da Administração, obtendo preços mais vantajosos.
- **Desburocratização:** Simplifica os procedimentos internos, reduzindo o número de processos licitatórios individuais e liberando o efetivo das OM Apoiadas para o foco em suas atividades-fim, conforme o princípio da **eficiência administrativa**.
- **Previsibilidade:** Garante o limite máximo de preços e a disponibilidade de fornecedores qualificados para as aquisições, proporcionando previsibilidade orçamentária para as unidades.

Conformidade e Padronização Institucional

A contratação centralizada garante que todos os materiais, sejam brindes, placas de homenagem ou sinalizações (como as do HFAB, em conformidade com RDC 50 e MCA 160-6), sigam um único padrão de qualidade e identidade visual, essenciais para a **coerência da comunicação institucional** do Comando da Aeronáutica.

13. Providências a serem Adotadas

No processo desta contratação, foi observado o princípio da segregação de funções, conforme disposto no Art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 7º, §1º, do Decreto nº 11.246/2022. A designação dos agentes públicos considerou a vedação de atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, com o objetivo de reduzir a possibilidade de ocultação de erros e a ocorrência de fraudes. A aplicação do princípio foi avaliada com base na situação fática do processo, considerando o valor e a complexidade do objeto.

Foram constituídas comissões distintas para cada fase da contratação, com a definição de funções específicas para os agentes envolvidos, incluindo a Comissão de Planejamento da Contratação, a Comissão de Pregoeiro e sua respectiva equipe de apoio, de modo a garantir a separação de responsabilidades e o controle interno adequado.

Nos termos do Art. 7º da Lei nº 14.133/2021, nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratada, por prazo determinado, empresa ou profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação. Tal assessoramento, quando necessário, observará os requisitos legais, incluindo a responsabilidade civil objetiva pelas

informações prestadas, o compromisso de confidencialidade, e a vedação ao exercício de atribuições exclusivas dos membros da comissão de contratação.

Deverão ser verificadas as condições de habilitação necessárias à contratação:

- Os documentos de habilitação devem expressar somente as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia das obrigações a serem cumpridas.
- A administração pública deverá exigir a apresentação, obrigatória e mínima, de documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação econômica-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e demais documentações conforme edital.

Em caso de celebração, a Administração designará comissão responsável pela fiscalização da execução do contrato e devido recebimento do objeto em questão, para sanar eventuais óbices e garantir que a entrega esteja em conformidade com a especificação do Termo de Referência.

Em caso de empenhos sem contrato, a comissão de recebimento anual designada em Boletim Interno é a responsável pelo acompanhamento do devido recebimento do objeto em questão, para sanar eventuais óbices e garantir que a entrega esteja em conformidade com a especificação do Termo de Referência.

A elaboração do Termo de Referência ocorrerá em ferramenta informatizada, em atendimento ao disposto no art. 4º da IN ME nº 81/2022.

Foi observada a utilização de modelos padronizados constantes do Catálogo Eletrônico de Padronização, conforme art. 19, IV e § 2º, da Lei nº 14.133/2021. A eventual não utilização foi devidamente justificada nos autos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de Material Institucional, embora classificada como aquisição de bens comuns, possui impactos ambientais indiretos significativos em sua cadeia de valor. O presente ETP, em consonância com o Art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e as orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU/CGU)**, identifica os possíveis impactos e propõe medidas de mitigação a serem incluídas no Termo de Referência.

Identificação dos Impactos

Os principais impactos ambientais associados à aquisição de materiais institucionais (brindes, placas, insumos de eventos, etc.) concentram-se nas seguintes fases:

1. **Produção da Matéria-Prima:** Consumo de recursos naturais (água, energia, minerais, madeira, plástico) e potencial geração de efluentes e emissões de gases de efeito estufa no processo industrial.
2. **Transporte e Logística:** Emissões de carbono geradas pelo deslocamento das matérias-primas, fabricação e entrega final dos produtos.
3. **Descarte (Fim de Vida Útil):** Geração de resíduos sólidos (resíduos dos materiais e embalagens) que, se não forem recicláveis ou biodegradáveis, impactam aterros sanitários e o meio ambiente.

Critérios de Sustentabilidade e Medidas Mitigadoras

Para mitigar os impactos identificados, serão inseridos critérios de sustentabilidade e requisitos técnicos obrigatórios no Termo de Referência, com o objetivo de buscar soluções que apresentem menor custo ambiental durante todo o ciclo de vida do produto:

Considerando que a presente contratação está em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição, revista, atualizada e ampliada em setembro de 2023, bem como com os requisitos de sustentabilidade ambiental, os licitantes devem observar cuidadosamente as seguintes exigências ao elaborar suas propostas.

Risco		
-------	--	--

Ambiental Identificado	Medida de Mitigação (Requisito no TR)	Fundamentação Sustentável
Consumo de Recursos Naturais	Exigir a utilização de materiais com conteúdo reciclado, reciclável ou biodegradável. Se houver uso de madeira, exigir certificação de manejo florestal (ex.: selo FSC).	Reduz a pressão sobre os recursos naturais virgens e estimula a cadeia de reciclagem.
Geração Excessiva de Resíduos	Reduzir a quantidade de embalagens individuais (preferência por embalagens de transporte únicas, volumosas e recicláveis).	Minimiza a geração de lixo não reciclável na ponta e simplifica o descarte logístico.
Baixa Durabilidade dos Produtos	Exigir garantias de maior durabilidade e resistência dos materiais (ex.: resistência a riscos, intempéries), sobretudo para placas e sinalizações.	Aumenta o ciclo de vida do bem, reduzindo a necessidade de novas aquisições e o volume de descarte.
Poluição na Produção	Requisitar declaração ou certificação do fornecedor sobre o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, preferencialmente com adoção de práticas de produção limpa.	Assegura que o processo produtivo esteja em conformidade e foca na responsabilidade socioambiental do fornecedor.

A inclusão destes requisitos no Termo de Referência irá direcionar a aquisição para fornecedores que adotem práticas sustentáveis, garantindo que o Material Institucional seja adquirido com a menor pegada ambiental possível, em total consonância com a legislação e as diretrizes de contratações sustentáveis da Administração Pública Federal.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição a ser realizada é de extrema necessidade para o Grupamento de Apoio do Distrito Federal e suas Unidades Apoiadas a fim de manter ativo, e com qualidade, os serviços prestados pelos seus diversos setores. Diante do exposto declara-se viável a contratação pretendida. Além disso, tal contratação está prevista no Plano de Trabalho Anual do GAP-DF para o ano de 2025.

Informamos que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado de forma digital, em conformidade com o artigo 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

Nos termos da Lei nº 12.527, o presente Estudo Técnico Preliminar não contém informações classificadas como sigilosas, razão pela qual possui caráter público, ressalvadas eventuais informações pessoais protegidas pela legislação específica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR BEZERRA VANCINI
Equipe de Planejamento da Contratação

THAYNA DE SOUZA BRAGA
Equipe de Planejamento da Contratação

ULISSES CRUZ DA COSTA
Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar 282-2025
Data/Hora de Criação:	14/05/2026 16:55:47
Páginas do Documento:	16
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	17
Hash MD5:	c38917fafde5412a2be40a1d16e631ca
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento VITOR BEZERRA VANCINI no dia 14/05/2026 às 14:10:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THAYNÁ DE SOUZA BRAGA no dia 14/05/2026 às 14:37:12 no horário oficial de Brasília.